

35° edital de convocação



PPP-ECOS

PAISAGENS-
PRODUTIVAS
ECOSSOCIAIS

Edital Caatinga



***Prazo para envio de propostas:
Até às 18h do dia 10/03/2023***

Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN
www.ispn.org.br



35° EDITAL

PPP-ECOS

Promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais

CHAMADA PARA PROJETOS NAS PAISAGENS
PRIORITÁRIAS DO BIOMA CAATINGA DA SÉTIMA
FASE OPERACIONAL DO PPP-ECOS/GEF

Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN
www.ispn.org.br



Sumário

Sumário	3
1. Apresentação	5
2. Paisagens prioritárias	7
3. Objetivos e temas do Edital	8
4. Recursos do Edital	12
5. Metodologia de seleção dos projetos	12
6. Elegibilidade	14
7. Critérios de seleção	15
8. Composição do orçamento do projeto	17
8.1 Contrapartida	18
8.2 Itens financiáveis	19
8.3 Itens não-financeiros	19
9. Responsabilidades financeiras, técnicas e ambientais	20
9. Apresentação da proposta	21
9.1 Prazos do processo seletivo do PPP-ECOS	22
10. Procedimentos de contratação e liberação dos recursos	23
11. Monitoramento	23
ANEXO A - Roteiro para apresentação de propostas	25
Anexo 1. Plano de Trabalho	34
Anexo 2. Indicadores do Projeto	35
Anexo 3. Orçamento do Projeto	37
Anexo 4. Cronograma de Atividades	39
Anexo B. Resumo das estratégias de paisagens do projeto "Sétima fase operacional do PPP-ECOS no Brasil"	41
Anexo C. Mapa das paisagens	51



Lista de siglas

ABC - Agência Brasileira de Cooperação

APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CFM - Centro de Formação Mandacaru

CGN - Comitê Gestor Nacional do PPP-ECOS

CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas

CSM - Casa da Mulher do Nordeste

CT - Câmara Técnica

CTA - Coordenação Técnico-Administrativa do PPP-ECOS

FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente

ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ONG - Organização não governamental

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PPP-ECOS - Paisagens Produtivas Ecosociais

PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SGP - Small Grants Programme

RC - Rede Cerrado



1. Apresentação

O ISPN é um centro de pesquisa e documentação independente, brasileiro, sem fins lucrativos, fundado em abril de 1990 e sediado em Brasília. Tem como missão contribuir para viabilizar a equidade social e equilíbrio ambiental, com o fortalecimento de meios de vida sustentáveis e estratégias de adaptação às mudanças do clima. O Instituto atua no campo ecossocial, com foco no desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, povos indígenas e suas organizações. Busca contribuir para a democratização do acesso a conhecimentos, informações e recursos financeiros de forma adaptada à realidade e às necessidades desse público, assim como incentiva o fortalecimento da relação entre pesquisadores, gestores públicos e comunidades. Para maiores informações acessar o site www.ispn.org.br.

O PPP-ECOS é um mecanismo de apoio a projetos para a promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais. Desta forma, concede doações a associações sem fins lucrativos e cooperativas constituídas que tenham caráter não governamental e/ou de base comunitária para a implementação de ações que gerem benefícios socioambientais. O PPP-ECOS enfoca nas inter-relações entre comunidades tradicionais, agricultores familiares e populações indígenas e o meio ambiente, com ênfase na promoção de modos de vida sustentáveis que contribuam com benefícios sociais e ambientais, conforme os acordos internacionais e políticas nacionais. Desde 1994, o PPP-ECOS recebe o apoio do *Small Grants Programme (SGP)*, programa do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) implementado por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e, a partir de 2012, de outros doadores como o Fundo Amazônia, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Laudes Foundation, União Europeia e USAID.



A priorização das propostas para seleção e o estabelecimento de diretrizes gerais para o PPP-ECOS conta com o apoio do Comitê Gestor Nacional (CGN) do PPP-ECOS, que é composto por representantes de órgãos governamentais, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e da academia. Para mais informações acesse o nosso site: ispn.org.br.

O presente edital insere-se no contexto da Sétima Fase Operacional do Small Grants Programme no Brasil e conta com recursos advindos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF. O Projeto “Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS” é executado pelo ISPN em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O projeto tem por objetivo **promover resiliência social, econômica e ecológica** em paisagens nos biomas **Cerrado e Caatinga** por meio de atividades de **base comunitária** que geram benefícios ambientais globais e desenvolvimento rural sustentável.

Para este edital, o PPP-ECOS está atuando em **duas paisagens prioritárias no bioma Caatinga** onde serão apoiados cerca de 10 projetos (pequenos projetos e projetos de consolidação) junto a iniciativas de base comunitária e organizações de assessoria. As organizações selecionadas na mesma paisagem trabalharão de forma articulada visando ampliar a resiliência ecossocial da paisagem, a partir das ações e temas prioritários previstos nos documentos de Estratégias de Paisagem. As Estratégias de Paisagem são documentos que foram elaborados de forma participativa durante a preparação do Projeto “Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS” em 2019, e atualizados em março e abril de 2022 por meio de oficinas presenciais e participativas. Os documentos com as Estratégias de Paisagem estão disponíveis no Anexo B.



- proporcionar um canal de comunicação e engajamento com os diversos atores sociais e institucionais da paisagem;
- apoiar o estabelecimento de redes de organizações locais e regionais para troca de conhecimento e aumento da capacidade de influenciar políticas públicas relevantes;
- promover a defesa dos direitos territoriais das comunidades tradicionais, agricultores familiares e mulheres trabalhadoras agrícolas;
- fortalecer organizações locais para melhor governança, capacidade técnica e participação social e aumento da capacidade de acesso e influência de políticas públicas relevantes;
- promover processos participativos de tomada de decisão;
- promover estratégias de desenvolvimento de cadeias de valor para produtos da sociobiodiversidade da Caatinga;
- proporcionar um fórum para apresentação, discussão e divulgação dos resultados do projeto.

2. Paisagens prioritárias

Para o presente Edital, duas paisagens são elegíveis. Estas paisagens foram definidas pelo Comitê Gestor Nacional como paisagens prioritárias da Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS a partir de critérios previamente estabelecidos. Serão apoiadas duas paisagens na Caatinga, a saber:

Alto Rio Poti, PI – nos municípios de Pedro II, Juazeiro do Piauí e Milton Brandão nas sub-bacias do rio Capivara e Parafuso. Ver mapa no Anexo C.

Sertão do Pajeú, PE – municípios de Carnaíba, Ingazeira, Afogados da Ingazeira, Tabira, Serra Talhada, Triunfo, Flores, Santa Cruz da Baixa Verde, Mirandiba e São José do Egito. Ver mapa no Anexo C.



3. Objetivos e temas do Edital

Esse edital visa apoiar instituições (entre associações sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos e cooperativas) para desenvolverem pequenos projetos e projetos de consolidação em duas paisagens prioritárias na Caatinga, a fim de **promover paisagens resilientes que geram desenvolvimento sustentável e conservação ambiental**. Os projetos devem dialogar com as ações previstas nos documentos de Estratégias de Paisagem (Anexo B) e com a estratégia de implementação do PPP-ECOS, durante a Sétima Fase Operacional do GEF.

Para cada Estratégia de Paisagem foram definidos os principais temas e ações/atividades que poderão ser apoiados por este Edital. A saber:

Alto Poti

Temas	Possíveis ações e atividades
Água e biodiversidade	Promoção de tecnologias de captação de água da chuva e tecnologias sociais de baixo custo
	Recuperação de nascentes ou outras áreas degradadas, reflorestamento e viveiros de mudas
Criação de animais	Aprimoramento do manejo das criações
	Aprimoramento da formulação de ração com produtos locais
	Comercialização dos caprinos e demais potencialidades



Temas	Possíveis ações e atividades
Agroextrativismo: produção, beneficiamento e comercialização	Promoção de sistemas agroecológicos ou agroflorestais
	Fortalecimento dos quintais produtivos e hortas
	Beneficiamento e comercialização de frutas e castanhas e de produtos da Caatinga
	Aprimoramento da meliponicultura e apicultura
	Melhoramento do acesso a compras públicas (PAA, PNAE)
	Retomada e ampliação das feiras
Artesanato	Ampliação da Comercialização do artesanato
	Intercâmbio e capacitação do artesanato
Mulheres e jovens	Criação de espaço reservado para mulheres nas associações e de organizações tocadas por mulheres e para mulheres
	Criação de espaços para jovens participarem mais ativamente nas associações e nos projetos
Gestão territorial/ incidência política	Fortalecimento de organizações de base comunitária
Saúde Comunitária	Produção de plantas medicinais e remédios caseiros

**Sertão do Pajeú**

Temas	Possíveis ações e atividades
Água e biodiversidade	Promoção de tecnologias de captação de água da chuva
	Promoção de tecnologias sociais de baixo custo, como reuso de águas cinzas e fogões agroecológicos
	Monitoramento e qualificação das ações e denúncias a respeito de danos ambientais
Criação de animais	Aprimoramento do manejo das criações na Caatinga e do suporte forrageiro
	Resgate e multiplicação de raças tradicionais
	Comercialização de carne e leite de caprinos
Agroextrativismo: produção, beneficiamento e comercialização	Programas de sementes crioulas e ampliação do acesso aos bancos e casas de sementes
	Fortalecimento dos quintais produtivos e hortas
	Valorização da agricultura familiar e produção agroecológica, com apoio a feiras e campanhas de divulgação
	Fortalecimento da meliponicultura e apicultura
	Apoio a vendas on-line de produtos, por meio de capacitação e acesso a aparelhos



Temas	Possíveis ações e atividades
Agroextrativismo: produção, beneficiamento e comercialização	Apoio ao beneficiamento e regularização de produtos como polpas, doces, sabonetes e plantas medicinais
Artesanato	Apoio à produção e comercialização do artesanato
Mulheres e jovens	Fomento de processos formativos visando autonomia política, organização produtiva e geração de renda, para o enfrentamento da violência contra a mulher e garantia da continuidade dos espaços conquistados
	Capacitação de jovens com oficinas de comunicação popular para gerar conteúdo para redes sociais sobre a conservação da Caatinga
	Promoção de oficinas ministradas por mulheres sobre agrotóxicos
Gestão territorial/ incidência política	Fortalecimento de organizações de base comunitária para fazer a gestão institucional
	Fortalecimento das organizações não-governamentais (territoriais) locais
	Ampliação da troca de experiências e intercâmbios entre as regiões



4. Recursos do Edital

O recurso previsto para apoio a projetos neste edital é de **US\$ 756.600,00 (setecentos e cinquenta e seis mil e seiscentos dólares), equivalente a aproximadamente R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais)**. O recurso advém do Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF, por meio do Projeto BRA20G31 - "Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS" implementado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Edital irá apoiar aproximadamente 10 projetos por paisagem, cujos orçamentos máximos para pequenos projetos serão de R\$ 175.000 (cento e setenta e cinco mil reais), e projetos de consolidação de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta mil reais).

Observações:

1. O Comitê Gestor Nacional (CGN) poderá selecionar projetos com redução ou acréscimo do montante solicitado, sem extrapolar o teto por projeto;
2. Cada organização poderá encaminhar até duas propostas, desde que seja uma de cada categoria de projeto: pequeno projeto e projeto de consolidação.

5. Metodologia de seleção dos projetos

A metodologia de seleção do PPP-ECOS visa conduzir um processo de seleção transparente e justo para todos os concorrentes, com agilidade e minimizando o tempo exigido aos membros do Comitê Gestor Nacional (CGN). Essa metodologia permite realizar a seleção de forma expedita conforme a estratégia nacional do PPP-ECOS.

O processo de seleção dos projetos ocorre em três etapas distintas:





1. Recepção dos projetos e triagem
2. Análise da Câmara Técnica (CT)
3. Seleção final realizada pelo Comitê Gestor Nacional (CGN)

Etapa 1: Recepção dos projetos e triagem

É feita pelo ISPN, na condição de Coordenação Técnico-Administrativa do PPP-ECOS (CTA). Os projetos submetidos ao edital são recebidos pelo ISPN, que os numera sequencialmente, de acordo com a ordem de chegada.

A equipe do ISPN verifica critérios básicos de elegibilidade e enquadramento dos projetos: localização, área temática, documentação enviada, prazo de envio, entre outros. Ao final dessa etapa, os projetos são distribuídos tematicamente para os membros da Câmara Técnica.

Etapa 2: Análise da Câmara Técnica (CT)

O objetivo da Câmara Técnica é analisar tecnicamente os projetos recebidos e apoiar o CGN em sua análise e seleção final dos projetos. Neste edital a CT será composta pela equipe técnica do ISPN e técnicos de organizações parceiras.

Etapa 3: Realização da reunião do Comitê Gestor Nacional (CGN)

O CGN é a instância consultiva e deliberativa do Fundo. As organizações que compõem o CGN são:

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
- Rede Cerrado (RC)
- Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
- Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)



- Representantes da Academia:
 - Especialista em Biodiversidade
 - Especialista em Clima
 - Especialista em Gênero
 - Especialista em Povos Indígenas

A seleção final é realizada pelo CGN com base numa lista de projetos pré-selecionados pela Câmara Técnica (CT). A decisão do CGN é lavrada em ata, que subsidiará o ISPN no processo de tramitação dos contratos. Ao fim desse processo de seleção, o ISPN comunica por e-mail via plataforma Welight todas as organizações que apresentaram projetos sobre o resultado e o torna público pelo seu site e mídias sociais.

Para os projetos selecionados, o ISPN elabora o Contrato, que é o documento oficial que prevê o repasse de recursos às organizações. Os projetos selecionados serão contratados, após a realização da **Oficina de Planejamento e Capacitação Inicial**, que é obrigatória para todas as organizações. Nesta oficina as organizações beneficiárias serão capacitadas para gestão do projeto e possíveis adequações/recomendações solicitadas pelo CGN serão tratadas com cada organização.

6. Elegibilidade

O atendimento aos seguintes critérios de elegibilidade é obrigatório para os projetos participarem do processo de seleção:

- Os objetivos e ações do projeto devem estar alinhados aos temas e ações elencados no item 3 deste Edital: Objetivos e Temas do Edital;
- Os projetos devem ser executados nas paisagens definidas como prioritárias para o projeto, conforme definido no item 2.



- Os proponentes devem ser associações sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos ou cooperativas constituídas há, pelo menos, dois (2) anos.
- O Cronograma de Execução das atividades do projeto não pode ultrapassar 24 meses de execução.
- Os projetos devem atender o limite orçamentário máximo de R\$ 175 mil para pequenos projetos e R\$ 250 mil para projetos de consolidação.

As organizações devem apresentar toda a documentação legalmente exigida conforme sua natureza, proponente e beneficiária. Os seguintes documentos são exigidos no ato da inscrição no processo seletivo (as cópias dos documentos exigidos não necessitam de autenticação):

1. Cópia da ata de criação da entidade proponente devidamente registrada no cartório competente;
2. Cópia do estatuto da entidade proponente devidamente registrado em cartório competente;
3. Cópia da ata de nomeação dos administradores da entidade devidamente registrada no cartório competente;
4. Cópia do registro de CNPJ regular da entidade;
5. Cópia do CPF e RG dos representantes legais da entidade.

Não são elegíveis organizações governamentais, empresas privadas, pessoas físicas, igrejas, clubes, associações de funcionários públicos ou outras organizações cujo objeto social não se enquadre no objetivo da chamada pública.

7. Critérios de seleção

A seguir, encontram-se listados os critérios que serão utilizados pelo Comitê Gestor Nacional (CGN) para selecionar as propostas. Para melhor se posicionarem neste processo seletivo, dentro de uma visão estratégica, é desejável que os projetos:



1. Beneficiem agricultores familiares, comunidades locais, tradicionais ou indígenas;
2. Demonstrem a viabilidade dos objetivos e sua capacidade de gerar resultados concretos nos prazos previstos e com os recursos disponíveis, atendendo os objetivos do edital;
3. Sejam apresentados de forma concisa, buscando facilitar a compreensão da proposta, evidenciando o problema, os objetivos, os produtos e os impactos esperados, no que se refere aos aspectos quantitativos e qualitativos;
4. Promovam a inclusão social, inclusive racial e étnica, buscando abordar questões de gênero, geração e juventude;
5. Prevejam articulação local com outros atores da sociedade, tais como: autoridades governamentais, outros grupos da sociedade civil e o setor privado;
6. Levem em conta as normas ambientais, sanitárias, fiscais (comerciais, tributárias e cíveis) e critérios técnicos e/ou científicos e outros relevantes para a execução dos projetos, se for o caso;
7. Para projetos que envolvam acesso a recursos genéticos e conhecimento tradicional associado, respeitem normas legais e princípios éticos relacionados, bem como a repartição dos benefícios;
8. Para projetos que envolvem comercialização, devem prever formas realistas de inserção dos produtos no mercado;
9. Prevejam contrapartida não financeira e, quando cabível, contrapartida financeira;
10. Prevejam a ampla divulgação dos resultados a públicos apropriados com a devida previsão orçamentária;
11. Atendam as regulamentações sanitárias para a prevenção da disseminação do Covid-19;
12. Demonstrem valor de contribuição para os indicadores do PPP-ECOS, a saber:
 - (a) áreas de ecossistemas naturais sob manejo sustentável;
 - (b) áreas de sistemas agrícolas e pecuários com práticas de manejo aprimoradas;



- (c) áreas degradadas em processo de recuperação;
- (d) emissões de carbono evitadas
- (e) número de famílias e, principalmente mulheres, diretamente beneficiadas
- (f) participação de mulheres em cargos de tomada de decisão
- (g) número de empreendimentos comunitários com acesso ampliado ao mercado e beneficiando ao menos 50% de mulheres;
- (h) número de famílias reportando aumento da geração de renda por meio das ações do projeto

13. Apresentem soluções para lidar com as problemáticas relacionadas às mudanças no clima no contexto de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.

8. Composição do orçamento do projeto

Para todos os projetos devem ser observados os seguintes critérios orçamentários:

- O financiamento de projetos poderá incluir despesas com **remuneração de pessoal**, desde que as atividades remuneradas estejam ligadas diretamente ao projeto, mas **recomenda-se** que tais despesas, incluindo os encargos obrigatórios e os benefícios, **não ultrapassem 35%** do valor financiado pelo PPP-ECOS.
- É considerada **despesa de pessoal** a prestação de serviço remunerado continuado, com pessoalidade e subordinação, por profissional com dedicação ao projeto.
- São considerados **serviços de terceiros**: serviços pontuais, limitados no tempo do projeto, como capacitações, monitorias e ou consultorias.



- São considerados custos administrativos as despesas com água, luz, aluguel, comunicação, serviços contábeis, taxas bancárias da conta associada ao projeto, despesas com deslocamento local para atividades administrativas, custos cartoriais e despesas com correspondências relacionadas à execução do projeto. Os custos administrativos não devem ultrapassar o limite de 15% do valor solicitado ao PPP-ECOS.

8.1 Contrapartida

Todas as propostas submetidas no âmbito do edital deverão apresentar recursos de contrapartida em um montante mínimo de **30% (trinta por cento)** adicional ao valor solicitado ao PPP-ECOS.

Os projetos devem informar as contrapartidas financeiras (recursos financeiros advindos de outras fontes complementares ao projeto PPP-ECOS, por meio de projetos ou outras formas) e/ou contrapartidas não financeiras (bens e serviços que serão disponibilizados ao projeto pela entidade proponente e/ou parceiros), as quais devem ser mensuráveis economicamente. Os recursos de contrapartida poderão ser advindos de outras organizações com parceria formalizada para a execução do projeto.

A contrapartida pode ser na forma de recursos financeiros e não financeiros. Veja exemplos de contrapartida:

- **Recursos Financeiros:** são recursos provenientes do próprio proponente, organização parceira ou de outra fonte, que serão alocados em atividades do projeto. Os gastos devem ser comprovados e apresentados junto à Prestação de Contas. Exemplos: Contratação de Pessoal, Prestação de Serviços, Aquisição de Material de Consumo, Equipamentos etc., desde que no período do projeto e com recursos de outras fontes.



- Recursos Não Financeiros: são recursos que serão alocados nas atividades do projeto sem comprovação de gastos. Os gastos devem ser mensurados e declarados na prestação de contas. Exemplos: Trabalho Voluntário (inclusive mutirões, atividades de secretaria em reuniões, ATER e outros), Cessão de Infraestrutura e Equipamentos (agrícolas, de informática, veículos etc.) de acordo com o tempo de uso nas atividades do projeto, Alimentos (fornecidos pelos beneficiários dos projetos e consumidos durante suas atividades).

8.2 Itens financiáveis

- Despesas com pessoal ligado diretamente ao projeto;
- Assistência técnica e consultorias;
- Custos diversos relacionados a atividades de capacitação e intercâmbios;
- Comunicação e divulgação das atividades do projeto;
- Publicações;
- Equipamentos eletrônicos e de comunicação;
- Aquisição de equipamentos de proteção individual, como máscaras e álcool;
- Ferramentas, maquinários e insumos para produção agroecológica e extrativista;
- Materiais de consumo, como combustível, material de escritório, entre outros;
- Transporte e hospedagem;
- Obras e construções;
- Estudos com aplicação prática e em curto prazo;
- Custos administrativos devidamente comprovados, relacionados e limitados a 15% (quinze por cento) do valor total do projeto.

8.3 Itens não-financeáveis

- A utilização de recursos para verbas de representação por participação em reuniões;



- Pagamento de direitos autorais;
- Pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a servidores e funcionários públicos;
- A aquisição de imóveis e desapropriações;
- Compra de armamentos;
- Taxa de administração (este item é diferente de custos administrativos, que são descritos em detalhe no item 8.2);
- Pagamento de dívidas e multas;
- Impostos e taxas, com exceção dos diretamente relacionados ao projeto;
- Atividades que promovam interesses partidários ou eleitoreiros;
- Compra de agrotóxicos e insumos agrícolas de natureza sintética (a não ser que justificados dentro de ações de recuperação ambiental ou controle de espécies indesejadas para as quais outros métodos tenham se mostrado inviáveis);
- Atividades que promovam desenvolvimento sem a devida atenção às questões ambientais e sociais;
- Projetos individuais ou que não possuam natureza comunitária;
- Bolsas de estudo e pesquisas acadêmicas não diretamente relacionadas ou necessárias à implementação do projeto;
- Projetos governamentais ou de partidos políticos.

9. Responsabilidades financeiras, técnicas e ambientais

As entidades cujos projetos forem selecionados se comprometem a participar de capacitação em gestão de projetos, de eventos e seminários, sempre que convidadas pelo ISPN. Em especial, se comprometem a contribuir com os processos de monitoramento e avaliação de impactos e resultados de seu projeto individual e do conjunto de projetos apoiados, com vistas à elaboração de instrumentos de medição e avaliação de resultados do conjunto dos Projetos Ecosociais apoiados no âmbito do edital.



As entidades que tiverem seus projetos selecionados se comprometerão (em contrato) a realizar prestações de contas periódicas, conforme as regras do PPP-ECOS, do GEF e do PNUD. Caso a prestação de contas não seja realizada, ou não esteja em conformidade com as regras (conforme orçamento e plano de trabalho aprovados), o projeto poderá ser suspenso ou cancelado e a entidade responsabilizada administrativa e/ou judicialmente.

As entidades proponentes se comprometem a não permitir a sobreposição de fontes no pagamento de um mesmo item de despesa, a menos que seja o caso de rateamento de fração do serviço utilizado por mais de um projeto da entidade.

Os projetos financiados poderão ser auditados de acordo com os procedimentos do PPP-ECOS. Para tanto, a proponente deverá disponibilizar ao auditor responsável o acesso aos registros e documentos originais pertinentes ao projeto, os quais devem ser guardados em local adequado e escaneados no caso de cupons fiscais, por cinco anos após o final do projeto.

Os produtos e resultados dos projetos financiados pelo PPP-ECOS são, desde já, considerados de domínio público, porém, nos casos de envolvimento de conhecimento tradicional associado, considera-se a reserva de direito e/ou registro, sendo a Anuência Prévia e Informada uma ferramenta fundamental para qualquer tipo de acesso ao referido conhecimento.

Qualquer utilização de informação, foto ou material gráfico obtido por meio das atividades do PPP-ECOS deverá conferir o devido crédito ao PPP-ECOS e seus financiadores, utilizando as devidas logomarcas.

10. Apresentação da proposta



As propostas para este edital deverão ser submetidas por meio da **plataforma Welight**. A submissão do projeto deve seguir **rigorosamente** todas as questões do formulário da plataforma, apresentadas também no **Anexo A deste edital**. O ISPN não se responsabiliza por problemas de conexão de internet, para evitar problemas, aconselhamos que não deixe para a última hora. A **data e horário limite** para apresentação de projetos em resposta ao presente Edital é **18:00 (horário de Brasília) do dia 10 de março de 2023**. Não haverá prorrogação do prazo.

Para acessar a plataforma acesse o link: <https://bit.ly/3GZ0IJV> (Welight).

Não serão aceitos projetos enviados por e-mail, correio ou entregues pessoalmente.

No caso de **dúvidas** ou **problema** para submeter a proposta na plataforma, por favor, entre em contato pelo e-mail **edital35@ispn.org.br**.

O **resultado** do processo de seleção será divulgado no **site do ISPN** (ispn.org.br).

10.1 Prazos do processo seletivo do PPP-ECOS

Fases da Seleção	Prazos
Lançamento do edital	6 de dezembro de 2022
Prazo final para envio de propostas	10 de março de 2023
Divulgação do resultado	28 de abril de 2023



11. Procedimentos de contratação e liberação dos recursos

Após a seleção, o ISPN enviará e-mail ao proponente informando o resultado e as orientações para a efetivação do contrato.

No momento da celebração do contrato entre a entidade beneficiária e o ISPN, quando cabível, serão exigidos os originais dos documentos citados em **Elegibilidade (item 6.F)** deste edital.

O montante aprovado pelo CGN será repassado em pelo menos três (3) parcelas. A primeira parcela será liberada após a assinatura do contrato, e as demais parcelas após a aprovação de relatórios de progresso, que incluem o envio das cópias dos comprovantes de despesa e relato das atividades já realizadas.

Pelo menos dois representantes de cada projeto deverão participar de uma **Oficina Inicial de Planejamento e Capacitação**, momento em que os beneficiários serão orientados sobre as regras de prestação de contas do PPP-ECOS e quanto ao preenchimento dos seguintes documentos: formulários de Cronograma de Execução e Indicadores; Plano de Trabalho e Orçamento revisados; Memorando de Acordo (MOA) e roteiros para apresentação de relatórios.

12. Monitoramento

O monitoramento e a avaliação dos projetos cabem em primeiro lugar, ao proponente, entidades parceiras e ao conjunto das organizações sociais no qual o projeto está inserido; em segundo lugar, ao ISPN, enquanto Coordenação Técnico-Administrativa (CTA) do PPP-ECOS.

A proponente, com o apoio das organizações parceiras (caso existam), deve apresentar os relatórios de projeto, composto pela descrição das atividades e gastos já realizados.



A não apresentação destes relatórios, bem como a não aplicação dos recursos nas atividades previstas no projeto, determina o bloqueio de recursos.

Outras informações sobre o PPP-ECOS e suas fontes de financiamento estão disponíveis no endereço eletrônico ispn.org.br, assim como as versões deste edital e do roteiro para apresentação de Projeto.

Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas por telefone ou e-mail do ISPN, por meio dos seguintes contatos: (61) 3327-8085 e e-mail edital35@ispn.org.br.



ANEXO A - Roteiro para apresentação de propostas

Instruções importantes:

Para a utilização correta deste roteiro, é necessária a leitura cuidadosa do 35° Edital de Convocação PPP-ECOS/GEF – Edital Caatinga. **Para a submissão completa do projeto, o proponente deve seguir todas as questões deste roteiro e preencher cada uma dentro do formulário da plataforma.** É fundamental fornecer explicações quantitativas e qualitativas suficientes para o julgamento adequado do projeto. Para acessar a plataforma clique no link: <https://bit.ly/3GZ0IJV>.

No caso de **dúvidas** ou **problema** para submeter a proposta na plataforma, entre em contato pelo e-mail edital35@ispn.org.br, ou acesse o guia de dúvidas e perguntas frequentes **clcando no link:** <https://ispn.org.br/ppp-ecos-35o-edital-caatinga-guia-de-duvidas-e-perguntas-frequentes/>.

Alguns documentos deverão ser preenchidos separadamente e depois anexados ao formulário da plataforma, são eles:

- Plano de Trabalho (Anexo 1). Acesse o link: <https://bit.ly/3AX4wHJ>
- Indicadores do Projeto (Anexo 2). Acesse o link: <https://bit.ly/3UoNPMg>
- Orçamento do Projeto (Anexo 3). Acesse o link: <https://bit.ly/3it245J>
- Cronograma de Atividades (Anexo 4). Acesse o link: <https://bit.ly/3OVzAxG>

Documentos da organização proponente (confira quais são no item 6.F do edital)

Parte 1.

Resumo do projeto

1. Nome do projeto sintetizando seu propósito (máximo de 12 palavras):



2. Resumo do projeto (máximo de 10 linhas):
3. Valor solicitado ao PPP-ECOS para o projeto em real (R\$) sem o valor da contrapartida:
4. Duração do projeto (máximo de 24 meses):
5. Nome da pessoa responsável por este projeto:
6. E-mail da pessoa responsável pelo projeto:

Informações da organização:

7. Logo da ONG (com fundo branco ou transparente):
8. Nome da organização:
9. Razão Social:
10. Última ata:
11. Estatuto:
12. Ata de Fundação:
13. Endereço:
14. CEP:
15. Cidade:
16. Estado:
17. País:
18. Telefone:
19. E-mail:
20. Site:
21. Data de fundação da organização conforme ata registrada em cartório:
22. Tipo de organização (associação sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos ou cooperativas):
23. Nome e cargo da pessoa responsável pela organização:
24. Nome(s) e cargo(s) de outras pessoas com poderes legais:
25. CPF e RG dos representantes legais da entidade:



Atuação da organização proponente

26. Objetivos da organização:

27. Quais são as principais fontes de recursos, nacionais e internacionais, que apoiam ou já apoiaram a organização? Especifique as principais fontes e respectivos valores e datas (aproximadamente):

28. A organização já recebeu apoio direto ou indireto do PPP-ECOS? Caso sim especifique o valor e o período:

29. Como é a Estrutura de Gestão da Organização? (Refere-se à forma de liderança da organização, que pode incluir a constituição do conselho diretor, assembleia geral, conselho fiscal e/ou oficial executivo principal; também indicar como as decisões são feitas, frequência de reuniões, etc.):

30. Indique organizações ou pessoas que possam fornecer referências sobre a organização:

Informações sobre a organização beneficiária

Preencher somente se a organização proponente for diferente da organização beneficiária.

31. Nome da organização:

32. Endereço:

33. CEP:

34. Cidade:

35. Estado:

36. Telefone:

37. E-mail:

38. Site:

39. Outros (instagram ou outras redes sociais):

40. Tipo de organização (associação sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos ou cooperativas):

41. Nome e cargo da pessoa responsável pela organização:



Atuação da organização beneficiária

42. Objetivos da organização:

43. A organização já recebeu apoio direto ou indireto do PPP-ECOS?
Caso sim especifique o valor e o período:

44. Indique organizações ou pessoas que possam fornecer referências sobre a organização:

Informações do projeto

45. Nome do projeto:

46. Resumo do projeto:

47. Valor solicitado para o projeto em real (R\$) sem o valor da contrapartida:

48. Localização (mapa):

49. País:

50. Estado:

51. Município:

52. Nome do Local:

53. CEP:

54. Rua:

55. Número:

56. Complemento:

57. Quais comunidades ou grupos serão beneficiados diretamente pelo projeto?

58. Quantas famílias serão beneficiadas?



Descrição do projeto

59. Objetivo geral (o que o projeto ajudará a conseguir?):

60. Objetivos específicos (o que o projeto conseguirá de forma concreta?):

61. Faça uma breve descrição sobre a atuação da entidade proponente com o público beneficiário do projeto no contexto da realidade da paisagem em que o projeto se insere:

62. Quais os principais problemas que o projeto pretende atuar? Demonstre por que a solução proposta é importante/relevante, ou seja, por que o projeto contribui para o enfrentamento destas questões?

63. Descreva as mudanças mensuráveis que serão alcançadas ao final do projeto como resultado das intervenções:

64. Descreva as principais atividades propostas e como elas serão realizadas para que o projeto contribua para melhoria do contexto descrito anteriormente:

65. Detalhe a equipe técnica envolvida no projeto. Como serão remunerados?

66. Qual foi a participação dos beneficiários diretos na elaboração deste projeto?

67. Como jovens e idosos vão participar das atividades do projeto em suas diferentes etapas, do planejamento à execução?

68. De que forma o projeto contribui para reduzir as desigualdades de gênero?

Dados complementares do projeto

69. Há normas específicas de ordem sanitária, ambiental, fiscal e/ou indigenista que se aplicam ao projeto? Caso sim especifique como serão atendidas:



70. Se o projeto pretender realizar atividades de capacitação, forneça mais informações sobre o conteúdo das mesmas, quem participará e quem ministrará:
71. Se o projeto prever assistência técnica, descreva como ela será atendida e quem comporá a equipe técnica. Anexe os currículos ou os perfis dos técnicos, se for o caso:
72. Qual a cooperação/parceria prevista dos governos municipal, estadual e federal, de outras organizações não governamentais e do setor privado? Quantifique e detalhe os apoios citados:
73. Quais são os riscos internos e externos que podem impedir que o projeto alcance seus resultados? Quais as medidas preventivas que podem ser tomadas para evitá-los?
74. Como será garantida a sustentabilidade das ações e resultados atingidos com este projeto após sua conclusão?
75. Descreva se o projeto inclui alguma inovação, que pode ser uma nova metodologia, técnica, abordagem, aprimoramento em produtos ou serviços já existentes, produtos novos, etc.:
76. Descreva como pretendem capturar, compartilhar e disseminar os conhecimentos, lições aprendidas e boas práticas adquiridas através da implementação do projeto:
77. Especifique quais os produtos de conhecimento/comunicação serão gerados para divulgar os resultados do projeto para outros públicos. Há recursos suficientes? (Deverão ser previstos os recursos necessários):



Anexos do projeto

Plano de Trabalho

78. Preencha o **Plano de Trabalho** (Anexo 1), identificando os objetivos específicos (melhorias e mudanças produzidas pelas atividades). A estes objetivos específicos devem estar associadas atividades e indicadores que demonstram a realização das atividades (indicadores de desempenho). Devem ser definidos os responsáveis pelas atividades e prazos para sua realização. Basta baixar o modelo do Plano de Trabalho no link abaixo, preencher, e carregar o arquivo novamente. Caso necessário, novas linhas podem ser incluídas na tabela:

Clique no link para acessar o Anexo 1 – Plano de Trabalho:
<https://bit.ly/3AX4wHJ>.

Insira aqui o documento Plano de Trabalho preenchido:

Indicadores do Projeto

79. Apresente os **indicadores do Projeto** (Anexo 2), de acordo com os objetivos específicos apresentados no Anexo 1 – Plano de Trabalho. Indique na tabela o marco inicial para os principais indicadores que deverão ser monitorados e a previsão quantitativa (meta) dos impactos que devem ser alcançados no final do projeto. O marco inicial se refere à situação existente no início do projeto (situação atual). Os indicadores devem ser apresentados em **valores numéricos**.

Caso o projeto não contribua com algum indicador, por favor, escreva: "não se aplica".

Clique no link para acessar o Anexo 2 – Indicadores do Projeto:
<https://bit.ly/3UoNPMg>.

Insira aqui o documento com os indicadores do projeto preenchido:



Orçamento e Memória de Cálculo

80. Detalhe o Orçamento, no Anexo 3 - Orçamento com a Memória de Cálculo, preenchendo a memória de cálculo na planilha disponibilizada em formato Excel.

Atente-se para as orientações:

- O limite máximo do orçamento solicitado ao PPP-ECOS é de R\$ 175 mil para pequenos projetos e R\$ 250 mil para projetos de consolidação. A esses limites deve ser acrescida a contrapartida de, no mínimo, 30% do valor solicitado.
- O orçamento é apenas uma proposta da entidade proponente e pode ser feito com base em estimativas;
- Os valores serão avaliados pelo Comitê Gestor Nacional (CGN) e poderão sofrer ajustes para mais ou para menos;
- O quadro, anexo, representa o modelo de orçamento adotado pelo PPP-ECOS, onde os gastos são apresentados por atividade prevista;
- É fundamental que o orçamento seja coerente com as atividades previstas no Plano de Trabalho;
- É obrigatório que a contrapartida oferecida para o projeto seja identificada;
- Conforme a necessidade, a tabela de orçamento pode ser ajustada, desde que o orçamento apresentado possibilite a compreensão de como os recursos serão utilizados.



Explicações sobre os elementos de despesa da planilha de orçamento (Anexo 3):

- **Pessoal:** é considerada despesa de pessoal a prestação de serviço remunerado continuado, por profissional com dedicação ao projeto (**lembre-se: despesas com pessoal não podem ultrapassar o limite de 35% do valor solicitado ao PPP-ECOS**). Exemplos: técnico de ATER, coordenação do projeto, entre outros.
- **Serviços de terceiros:** prestação de serviço pontual, prestado por pessoa física ou jurídica, para atividades diversas. Exemplo: instrutor para cursos e capacitações; diagramação e/ou impressão de material didático e de comunicação; aluguel de equipamentos; consultorias diversas, manutenção de equipamentos, serviços para o fornecimento de alimentação, dentre outros.
- **Material de consumo:** insumos necessários ao desenvolvimento das atividades, como material de papelaria, gêneros alimentícios, sementes, combustível, insumos para agroindústrias (touca, luva, bota, embalagens, etc), dentre outros.
- **Material permanente ou equipamento:** móveis, equipamentos (computador, impressora, máquina fotográfica, modem), veículos novos, equipamentos para agroindústrias, maquinário para manejo agroecológico dos sistemas de produção, dentre outros.
- **Custos administrativos:** São considerados custos administrativos as despesas com água, luz, aluguel, comunicação, serviços contábeis, taxas bancárias da conta associada ao projeto, despesas com deslocamento local para atividades administrativas, custos cartoriais e despesas com correspondências relacionadas à execução do projeto. Lembre-se de: para pequenos projetos e projetos de consolidação, despesas com **custos administrativos não devem ultrapassar o limite de 15% do valor solicitado ao PPP-ECOS**.



Clique no link para acessar o Anexo 3 – Orçamento: <https://bit.ly/3it245J>

Insira aqui o orçamento preenchido:

Cronograma de Atividades

81. Preencha o Anexo 4 – **Cronograma de Atividades** do projeto na tabela a seguir, marcando com X o(s) mês(es) correspondente(s) às atividades.

Clique no link para acessar o Anexo 4 – Cronograma de Atividades: <https://bit.ly/3OVzAxG>.

Insira aqui o Cronograma de Atividades preenchido:



Anexo 1. Plano de Trabalho

Plano de Trabalho				
Objetivos Específicos	Atividades para atingir os resultados	Indicadores	Nome dos Responsáveis por cada atividade	Prazos (mês 1,2,3, etc.)
1.	1.1.			
	1.2.			
	1.3.			
2.	2.1.			
	2.2.			
	2.3.			
3.	3.1.			
	3.2.			
	3.3.			



Anexo 2. Indicadores do Projeto

Escolha os indicadores que melhor refletem o monitoramento do alcance dos resultados que o seu projeto pretende alcançar.

	Indicadores	Início (marco inicial)	Meta do Projeto
1	Número de comunidades envolvidas nas ações do projeto		
2	Número de famílias beneficiadas diretamente pelo projeto		
3	Quantas homens serão beneficiados com o projeto?	Jovens (até 29 anos)	
		Adultos	
		Idosos (mais de 60 anos)	
4	Quantas mulheres serão beneficiadas com o projeto?	Jovens (até 29 anos)	
		Adultas	
		Idosas (mais de 60 anos)	
5	Número de pessoas que participaram de capacitações e intercâmbios promovidos pelo projeto		
6	Área nativa conservada e com ações de manejo sustentável apoiadas pelo projeto (ha)		
7	Área degradada em processo de recuperação (ha)		
8	Área de produção agrícola e pecuária com práticas de manejo sustentável implementadas (ha)		
10	Faturamento bruto anual do empreendimento apoiado (R\$/ano)		



11	Novas práticas de manejo sustentável do solo e das criações adotadas		
12	Novas práticas de manejo sustentável do solo e das criações adotadas		
13	Número de acordos comunitários ou outros instrumentos adotados e gerando o aprimoramento da gestão territorial (manejo integrado do fogo, auto-mapeamento, PGTA, etc);		
14	Número de ações de capacitação, formação ou intercâmbios promovidos pelo projeto		
15	Número de novas tecnologias de energia renovável implantadas		
16	Número de novas tecnologias sociais de armazenamento de água implantadas		
17	Número de famílias com acesso ampliado à água ou à energia a partir das ações do projeto		
18	Número de políticas públicas fortalecidas		
19	Número de jovens envolvidos nas ações do projeto		
20	Número de mulheres ocupando posições de tomada de decisão na comunidade		
21	Número de empreendimentos liderados por mulheres		
22	Número de mulheres que compõem a associação/cooperativa/ONG		
23	Número de mulheres participando de fóruns/comitês/redes locais regionais		
24	Número de publicações/vídeos/materiais didáticos e outros conteúdos produzidos e disseminados pelo projeto		



Anexo 3. Orçamento do Projeto

Orçamento				
Categorias de despesa*		Solicitado ao PPP-ECOS (R\$) (a)	Contrapartida (b)	Total (R\$) (a+b)
1. Pessoal	1.1 Salários da equipe			
	1.2 Encargos e benefícios			
2. Serviços de Terceiros	2.1 Consultorias			
	2.2 Manutenção de equipamentos			
	2.3 Arte gráfica			
	2.4 Impressão gráfica			
3. Material Permanente ou Equipamento	3.1 Móveis de Escritório			
	3.2 Computador			
	3.3 Máquina fotográfica			



4. Material de Consumo	4.1 Combustível			
	4.2 Sementes e insumos			
	4.3 Aquisição de gêneros alimentícios			
5. Custos Administrativos	5.1 Aluguel			
	5.2 Energia elétrica			
	5.3 Internet/telefone			
	5.4 Custos de manutenção de conta bancária			

* Os itens de despesa inseridos nessa tabela (salários da equipe, arte gráfica, móveis do escritório, etc) **são apenas exemplos de possíveis gastos** que podem ser contemplados no orçamento.



Anexo 4. Cronograma de Atividades

Objetivos específicos	Atividades	Ano 1											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1.													
2.													
3.													



Objetivos específicos	Atividades	Ano 2											
		13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
1.													
2.													
3.													



ANEXO B. Resumo das Estratégias de Atuação nas Paisagens Prioritárias do Projeto "Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS no Brasil" - Alto Poti, PI, e Sertão do Pajeú, PE

Para acessar a versão completa da estratégia de atuação nas paisagens prioritárias do projeto, [clique aqui](#).

1. Introdução

Este documento visa orientar as ações e atividades das instituições parceiras e organizações contratadas para implementar projetos por meio do fundo independente para Promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais – PPP-ECOS em quatro paisagens prioritárias nos biomas Cerrado e Caatinga. Esta ação é parte do projeto "Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS no Brasil" implementado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, com recursos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF.. As quatro paisagens prioritárias são (o mapa de cada paisagem está disponível no final do documento):

- *Alto Rio Poti – Piauí*
- *Sertão do Pajeú – Pernambuco*
- *Alto Jequitinhonha – Minas Gerais*
- *Cerrado do Oeste Baiano – Bahia*

A seleção das paisagens foi feita em 2019, com base em quatro critérios definidos pelo Comitê Gestor Nacional do PPP-ECOS, a saber: presença de parceiros locais fortes que possam apoiar a execução dos projetos, capacidade de alavancar contrapartidas (cofinanciamento), condições socioambientais da região e aspectos de logística.

As estratégias para atuação nas paisagem visam definir como se dará a atuação do PPP-ECOS nestas áreas no período de 2022 a 2025, durante a Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS no Brasil. Os documentos compilam os principais problemas socioambientais e definem quais ações o PPP-ECOS irá apoiar para aprimorar a resiliência das paisagens.



A estratégia para cada paisagem prioritária foi abordada e estruturada de acordo com as exigências e orientações do Small Grants Programme (SGP), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e construída por meio de metodologias participativas junto a representantes e lideranças das comunidades, organizações de base comunitária e da sociedade civil, além de agentes da educação e de órgãos públicos.

Para definir as Estratégias de Paisagem foram realizadas duas oficinas em cada paisagem, sendo estas: (1) Oficina de Diagnóstico da Paisagem, no final de 2019, para subsidiar a elaboração do projeto, e (2) Oficina de Atualização da Paisagem, entre março e maio de 2022, após a aprovação do projeto. Ambas as oficinas foram conduzidas por meio de metodologias participativas e técnicas de facilitação, com a sistematização das informações necessárias para definir o alcance das atividades e ações do projeto.

O objetivo das Oficinas de Diagnóstico da Paisagem em 2019 foi subsidiar a elaboração do projeto GEF 7, por meio do levantamento de informações sobre os problemas e dificuldades enfrentadas pelas comunidades locais (incluindo segurança alimentar, acesso à água, qualidade dos solos, desafios relacionados à produção, desigualdade de gênero, acesso à políticas públicas etc.), as ameaças aos ecossistemas e à biodiversidade, a presença de outros projetos em andamento relacionados à temática socioambiental e possibilidades de parcerias com instituições locais e regionais. A partir dessas informações, foram elencados os temas prioritários a serem apoiados pelo projeto e as bases para um entendimento sobre a situação de cada paisagem.

Tendo como referência o que foi identificado em 2019, as Oficinas de Atualização da Paisagem, realizadas em 2022, visaram atualizar os diagnósticos das paisagens, a partir do diálogo com atores locais e o levantamento de novos problemas e soluções socioambientais. As informações colhidas nas oficinas foram compiladas com vistas a compor as ações estratégicas nas paisagens ao longo do projeto.

Além das oficinas, em cada paisagem a equipe técnica do ISPN e consultores visitaram algumas comunidades e seus territórios, realizando reuniões presenciais com membros de associações e instituições parceiras, e buscando um maior entendimento sobre a situação socioambiental destes locais para subsidiar a elaboração do projeto.



2. Estratégias de Paisagem

De acordo com as contribuições das oficinas e visitas realizadas em 2019 e 2022, foram identificados os principais problemas de cada paisagem e os temas prioritários para resolução dos mesmos, além de possíveis ações e atividades a serem trabalhadas pelo projeto e pelas organizações locais e regionais. Baseado nessas informações, a estratégia para cada paisagem é apresentada a seguir.

Alto Rio Poti - Piauí

A paisagem do Alto Poti é caracterizada pela forte presença da agricultura familiar, com a interligação e trocas entre os espaços cultivados, os quintais, e a vegetação natural da Caatinga, onde há a utilização cíclica de áreas para implantação das roças, extração de madeiras para diversos usos (construções, cercas, lenha etc.) e pastoreio de animais, principalmente caprinos. As principais culturas das roças, como milho, feijão, mandioca, jerimum e melancia, são principalmente para o consumo das próprias famílias, com pouca comercialização dos produtos. Pequenos animais como galinhas, capotes, porcos e ovelhas também são componentes importantes do agroecossistema e da renda familiar. O estrume dos animais é insumo para a produção vegetal, principalmente das hortas, que vem sendo ampliadas com a disponibilidade de tecnologias como cisternas para armazenar água no período da seca. Quanto à alimentação dos animais em períodos críticos da seca, há várias experiências exitosas com a preparação de ração a partir de misturas de produtos agrícolas locais com frutos e sementes de plantas da Caatinga.

Avanços consideráveis têm sido feitos em relação à ampliação do uso dessas tecnologias sociais para convivência com o semiárido, porém, programas a esse respeito têm sido descontinuados no atual governo, de forma que a região segue com grande demanda para a implantação de tecnologias para captação, armazenamento e reuso de água.



Em termos de impactos da pandemia, as medidas de distanciamento social e restrições do comércio dificultaram a venda da produção. Inovações como a venda por meio de aplicativos e mídia social ajudaram a superar essas dificuldades, mas mesmo assim, em diversas localidades a falta de acesso à internet, ou a aparelhos como celulares, não permitiu que todos desenvolvessem essas alternativas. Dificuldades na gestão e de funcionamento de algumas políticas públicas como o PAA/PNAE também impactaram a geração de renda.

Em relação ao extrativismo, o principal produto da região é a cera de carnaúba, para a qual existe uma cadeia de produção estruturada, mas que poderia ser melhorada. Há uma produção significativa de castanha de caju, porém, a fruta é pouco aproveitada. Há algumas experiências de secar e usar a fruta na alimentação de animais, mas essa prática é pouco difundida. A produção de cajuína é uma possibilidade, mas exige equipamentos e treinamento técnico.

A produção de artesanato tem sido afetada pelo aumento no preço da matéria prima, ao mesmo tempo em que a demanda diminuiu, afetando a contribuição desta atividade na geração de renda, especialmente das mulheres.

Em relação à organização social, foram apontadas diversas questões, desde as divisões políticas (conflitos) dentro dos assentamentos e das comunidades, a desmobilização dos movimentos sociais, a pouca participação das mulheres nas associações e a falta de interesse e envolvimento dos jovens nas atividades produtivas e no modo de vida rural.

Nas oficinas, foram elencados vários temas prioritários e possíveis ações ou iniciativas a serem trabalhados durante o projeto, apresentados a seguir:



Temas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
Água e biodiversidade	Promoção de tecnologias de captação de água da chuva e tecnologias sociais de baixo custo	Número de tecnologias instaladas, volume de água armazenado, número de famílias com acesso à água ampliado
	Recuperação de nascentes ou outras áreas degradadas, reflorestamento e viveiros de mudas	Área degradada (ha) em processo de recuperação
Criação de animais	Aprimoramento do manejo das criações	Incremento na produtividade, diminuição no custo da produção, incremento da renda gerada
	Melhoramento ou aumento da formulação de ração com produtos locais	
	Comercialização dos caprinos e demais potencialidades	
Agroextrativismo: produção, beneficiamento e comercialização	Promoção de sistemas agroecológicos ou agroflorestais	Volume de produção, renda gerada, novas culturas incorporadas no sistema produtivo, variedades crioulas resgatadas, novos mercados acessados, número de famílias obtendo renda a partir das iniciativas apoiadas pelo projeto
	Fortalecimento dos quintais produtivos e hortas	
	Beneficiamento e comercialização de frutas e castanhas e de produtos da Caatinga	
	Aprimoramento da meliponicultura e apicultura	
	Melhoramento do acesso a compras públicas (PAA, PNAE)	
	Retomada e ampliação das feiras	



Artesanato	Comercialização do artesanato	Incremento da renda gerada, novos mercados acessados, quantidade de produtos comercializados e número de famílias atendidas
	Intercâmbio e capacitação do artesanato	
Mulheres e jovens	Criação de espaço reservado para mulheres nas associações e de organizações tocadas por mulheres e para mulheres	Número de iniciativas protagonizadas por mulheres e de espaços reservados para mulheres, número de jovens inseridos nas associações e projetos
	Criação de espaços para jovens participarem mais ativamente nas associações e nos projetos	
Gestão territorial/ incidência política	Fortalecimento de organizações de base comunitária	Número de pessoas capacitadas, número de organizações envolvidas
Saúde Comunitária	Plantas medicinais e remédios caseiros	Número de famílias utilizando os produtos

Sertão do Pajeú - Pernambuco

A Paisagem do Sertão do Pajeú localiza-se na porção central do bioma Caatinga, com condições mais extremas de aridez e baixa pluviosidade, com grave escassez de água para os agricultores familiares e suas atividades agrícolas.



A produção agrícola é principalmente para consumo interno, com pouca comercialização de produtos. Os quintais das casas são importantes espaços produtivos, fornecendo frutas, hortaliças, especiarias e plantas medicinais, e são usados para a criação de pequenos animais. O cultivo de hortaliças na estação seca é uma prática que vem se expandindo devido à disseminação de tecnologias como as cisternas para armazenar a água da chuva coletada nos telhados e calçadões, permitindo a irrigação na estação seca. Porém, foi apontada a falta de assistência técnica quanto aos cuidados e manutenção das cisternas.

A criação de pequenos animais como galinhas, capotes, porcos, ovelhas e cabras é um componente fundamental dos agroecossistemas e da renda familiar. A posse de gado é vista como um importante componente de status, mas diferente da criação de caprinos, requer a transformação de áreas de Caatinga em pastagens plantadas, o que pode contribuir à degradação do solo e processos de desertificação. De modo geral, diversas práticas têm sido desenvolvidas e disseminadas para melhorar a produção pecuária e para proporcionar maior resiliência a secas prolongadas, como a fabricação de ração a partir de restos culturais e frutos da Caatinga, e o plantio de bancos de proteína ou forragem que são cortados para alimentar os animais em tempos de escassez. Existem também técnicas de manejo da Caatinga, como desbaste e poda de árvores, que visam aumentar a disponibilidade de forragem para os caprinos.

Vários produtos extrativistas são coletados na Caatinga, sendo um dos mais importantes o fruto do umbu, utilizado para consumo doméstico, mas também processado e congelado. Grupos de mulheres também têm trabalhado com a produção de sabonetes com extratos de cascas medicinais, como a aroeira. O artesanato é feito a partir de fibras de plantas como a bromélia caroa. O mel também é outro produto da Caatinga explorado na região, sendo um importante incentivo para a conservação de áreas de vegetação nativa como pastagem apícola.



A região tem bastante experiência com iniciativas relacionadas à agroecologia, com a atuação de várias instituições e entidades que compõem a Rede de Agroecologia do Pajeú. Essa rede se articula com outras redes como o Fórum de Mulheres de Pernambuco, Articulação do Semiárido (ASA) e comitê de bacias. Bancos de sementes crioulas têm sido apoiadas em algumas comunidades, e o apoio a feiras e a certificação de produtores orgânicos têm trazido vários avanços. No entanto, o uso de agrotóxicos e cultivos transgênicos na região permanece um desafio, trazendo impactos como a contaminação de corpos d'água e de lavouras orgânicas vizinhas.

Outros impactos ambientais apontados são o desmatamento da Caatinga pelas grandes indústrias e as queimadas que ainda são práticas comuns dos agricultores. A temática ambiental e a valorização do bioma Caatinga é pouco trabalhada nas escolas, e há problemas com lixo urbano e rural.

As iniciativas para empoderamento das mulheres têm sido muito importantes na região. Os fogões agroecológicos têm permitido reduzir a carga de trabalho das mulheres e trazer uma renda adicional. Os quintais produtivos têm contribuído tanto para a segurança alimentar das famílias como para a geração de renda, representando espaços de autonomia econômica e política das mulheres. Apesar dos avanços importantes alcançados em relação ao empoderamento das mulheres, com a pandemia aumentou a violência doméstica, com maridos perdendo empregos e passando mais tempo em casa, vivenciando tensões. Continua também, em muitos casos, a sobrecarga do trabalho das mulheres, a dificuldade de participar em cursos fora das comunidades e o menor acesso aos recursos para apoiar a produção familiar.

A pandemia trouxe a redução das vendas diretas em feiras. Isto foi em parte compensado pelas vendas on-line, porém, em diversas localidades a falta de acesso à internet, ou a celulares (que muitas vezes são compartilhados entre membros da família), não permitiu que todos desenvolvessem essas alternativas. Também tem havido uma diminuição de recursos para instituições parceiras dos agricultores, devido à mudança de governo, como também a redução de vendas para o mercado institucional.

Nas oficinas, foram elencados vários temas prioritários e possíveis ações ou iniciativas a serem trabalhados durante o projeto:



Temas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
Água e biodiversidade	Promoção de tecnologias de captação de água da chuva e tecnologias sociais de baixo custo, como reuso de águas cinzas e fogões agroecológicos	Número de tecnologias instaladas, volume de água armazenado, número de famílias com acesso às tecnologias ampliado
	Monitoramento e qualificação das ações e denúncias a respeito de danos ambientais.	Número de relatórios ou denúncias encaminhados aos órgãos de defesa do meio ambiente
Criação de animais	Aprimoramento do manejo das criações na Caatinga e o suporte forrageiro	Incremento na produtividade, diminuição no custo da produção, incremento da renda gerada
	Resgate e multiplicação de raças tradicionais	
	Comercialização de carne e leite de caprinos	



Agroextrativismo: produção, beneficiamento e comercialização	Programas de sementes crioulas e ampliação do acesso aos bancos e casas de sementes.	Volume de produção, renda gerada, novas culturas incorporadas no sistema produtivo, variedades crioulas resgatadas, novos mercados acessados, número de famílias obtendo renda a partir das iniciativas apoiadas pelo projeto
	Fortalecimento dos quintais produtivos e hortas	
	Valorização da agricultura familiar e produção agroecológica, com apoio a feiras e campanhas de divulgação	
	Fortalecimento da meliponicultura e apicultura	
	Apoio a vendas on-line de produtos, por meio de capacitação e acesso a aparelhos	
	Apoio ao beneficiamento e regularização de produtos como polpas, doces, sabonetes e plantas medicinais	
Artesanato	Apoio à produção e comercialização do artesanato	Incremento da renda gerada, novos mercados acessados, quantidade de produtos comercializados e número de famílias atendidas
Mulheres e jovens	Apoiar processos formativos visando autonomia política, organização produtiva e geração de renda, para o enfrentamento da violência contra a mulher e garantia da continuidade dos espaços conquistados	Número de iniciativas protagonizadas por mulheres e jovens
	Capacitação de jovens com oficinas de comunicação popular para gerar conteúdo para redes sociais sobre conservação da Caatinga	
	Promoção de oficinas ministradas por mulheres sobre agrotóxicos	
Gestão territorial/ incidência política	Fortalecimento de organizações de base comunitária para fazer a gestão institucional	Número de pessoas capacitadas, número de organizações envolvidas, número de intercâmbios realizados
	Fortalecimento das organizações não-governamentais (territoriais) locais	
	Ampliação da troca de experiências e intercâmbios entre as regiões	



ANEXO C. Mapa das Paisagens

[Clique aqui para acessar o mapa da Paisagem do Sertão do Pajeú](#)

[Clique aqui para acessar o mapa da Paisagem do Alto Rio Poti](#)